

NILZO IVO LADWIG
(Organizador)

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM

Atena
Editora
Ano 2022

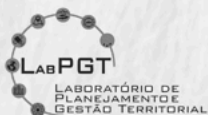


NILZO IVO LADWIG
(Organizador)

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM



Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Planejamento e gestão do território e da paisagem

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Nilzo Ivo Ladwig

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P712 Planejamento e gestão do território e da paisagem /
Organizador Nilzo Ivo Ladwig. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0523-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.238221909>

1. Planejamento urbano. 2. Desenvolvimento
sustentável. I. Ladwig, Nilzo Ivo (Organizador). II. Título.

CDD 333.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica é resultante do XII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial (SPPGT), que ocorreu em 2021, de forma remota, em função da pandemia COVID-19. O evento é organizado anualmente pelo Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e pelo Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

A edição de 2021 teve como temática Paisagem e Território, termos que são normalmente aceitos como um caminho na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

O XII SPPGT foi organizado em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), sendo que o GT Planejamento do Território e da Paisagem apresentou e discutiu trabalhos, sendo que os melhores foram selecionados para publicação.

Os 11 capítulos da obra discutem o reconhecimento da valorização do território e da paisagem biofísica e construída como um recurso e um bem comum de relevância ambiental, social e econômica. Exigindo um tratamento a partir de visões multiescalares e de sua multifuncionalidade, tanto na esfera pública como privada, no planejamento em intervenções na paisagem urbana, rural e regional.

Os capítulos discutem a relevância dos estudos de cobertura e uso da terra no planejamento e na gestão territorial, a importância da análise da paisagem considerando a bacia hidrográfica como área de estudo, o processo de produção do espaço urbano e memória coletiva em prol de um planejamento urbano e rural resiliente. Não esquecendo do geopatrimônio, da percepção ambiental, e da recuperação da paisagem de áreas degradadas pela mineração de carvão mineral com espécies arbóreas da floresta atlântica.

A socialização dos resultados do Seminário é peça fundamental na construção de uma ponte entre as universidades, os pesquisadores e a comunidade. O evento continua mantendo a proposta inicial desde a primeira edição do SPPGT, em 2010, que sempre foi a de trabalhar interdisciplinarmente, buscando sua consolidação e o reconhecimento nacional, e recebendo participantes, apresentadores e palestrantes de diversas áreas científicas e regiões do País. Fruto disso, foi o apoio da Capes e da Fapescc, juntamente com outros apoiadores, mostrando um caminho de excelência em pesquisa.

Nosso singelo agradecimento à todos que estão desde o início nessa empreitada, bem como àqueles que vêm se incorporando ao nosso projeto de debate e divulgação científica. Vale destacar também a grata participação da Capes e da Fapescc, o fomento disponibilizado por ambas foi importante para a qualificação do evento. Nossos cordiais

agradecimentos aos apoiadores institucionais, às empresas, às pessoas e às entidades, pois, destes dependemos para a correta harmonia entre o planejamento e a execução do seminário e desta publicação.

Uma boa leitura e até a próxima publicação!

Nilzo Ivo Ladwig

Organizador

REFLEXÕES

Um mundo sustentável, demanda um compromisso inequívoco e incondicional com o desenvolvimento econômico, o progresso social, a redução das desigualdades e a preservação (e restauração) do meio ambiente. É este o propósito da presente obra: Planejamento e gestão do território e da paisagem, onde se evidenciam relevantes pesquisas, com o objetivo da edificação de comunidades resilientes, sustentáveis, onde pessoas e natureza coexistam de forma harmônica e simbiótica, na fantástica “Casa Comum”, a nossa Mãe Terra.

No discorrer dos capítulos que compõe este livro, somos convidados a refletir sobre o(s) uso(s) da terra, numa lógica de interação entre espaço urbano e rural, cidade e campo, ocupação humana do território e os impactos desta sobre os recursos. Relembrei os estudos sobre os nexos entre água-energia e alimentos e a necessidade de gestão destes recursos escassíssimos num tempo de mudanças ambientais globais, de emergência climática onde as estratégias de adaptação às mudanças climáticas são um imperativo para a garantia da segurança humana.

Com o advento da 4ª revolução industrial, na era da transformação digital, planejar o território demanda um pensamento holístico, uma visão integradora dos espaços, uma oportunidade e um propósito de redefinição da missão social das cidades, contextualizada por novas agendas urbanas, por uma cidade sustentável, inclusiva e inteligente. Promover a sustentabilidade nos territórios é agenda das Nações Unidas, a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, baseada em cinco princípios: “Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias”, um roteiro desafiador, inspirador e generoso, com o propósito de: “não deixar ninguém para trás”.

O século XXI é o século das cidades, a maioria da humanidade habita em espaços urbanos, o crescimento das cidades trás riscos e desafios muito grandes: como garantir que as cidades sejam sustentáveis, que as moradias sejam seguras e dignas, promovam bem-estar, qualidade de vida, saúde, mobilidade, oportunidade, renda e emprego, preservem a memória coletiva e o patrimônio, coexistam e protejam o ambiente natural? Com a maioria da população humana vivendo nos espaços urbanos, a gestão destes territórios é determinante na transição para uma nova sociedade mais sustentável.

Os espaços urbanos enfrentam grandes desafios ambientais: a poluição do ar, a contaminação da água, a depredação de recursos naturais, consumo excessivo e as emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis, a devastação de florestas. A estes somam-se problemas sociais como a pobreza, exclusão e segregação social e a

fome, o acesso à educação e saúde. A ideia de uma cidade sustentável obriga-nos ao compromisso com a melhoria da qualidade de vida urbana e a implantação da agenda dos objetivos do desenvolvimento urbanos nas cidades.

As cidades estão na “linha da frente” da promoção do desenvolvimento sustentável. (Re)Pensar os espaços urbanos, a sua produção e competitividade, a sua ocupação, a sua função social é urgente. As cidades terão de ser os maiores contribuintes para a redução das emissões dos gases de efeito estufa e o cumprimento do acordo de Paris. As cidades têm de se “descarbonizar”, de adotarem tecnologias limpas, de se transformarem de cidades cinzas em cidades verdes, de cuidarem dos seus resíduos, de gerarem a sua energia, de alimentarem os seus cidadãos e de promoverem a saúde, bem-estar e felicidade das suas populações, assegurando um direito humano e universal, o Direito à cidade, traduzido sob a égide de uma cidade Sustentável.

Ao longo desta obra, relembrei da brilhante reflexão do Professor Sir John Beddington: ‘Perfect Storm’, interrogando-me como os territórios serão impactados pela crescente demanda de energia, alimentos e água, resultante do aumento da população humana e num contexto de aquecimento global. Que gigante desafio, o de alimentar, prover água e energia para um mundo com 8 bilhões de seres humanos, a caminho dos 10 bilhões em 2050. A nossa pegada ecológica supera os limites planetários, deixa-nos numa situação de insegurança, cada vez mais expostos a eventos climáticos extremos que ameaçam transformar-se no “novo normal” e impactam todos, em particular as comunidades mais pobres e vulneráveis.

Na promoção da sustentabilidade, o recurso mais escasso parece ser o tempo, a medida que os impactos do Antropoceno se vão tornando mais frequentes, aumentando a urgência das ações de mitigação das mudanças climáticas. Incrementarmos, significativamente, o uso das energias renováveis, abandonarmos os combustíveis fósseis, promovermos a eficiência energética, esverdearmos as cidades, incentivarmos o transporte público, pensarmos a economia numa lógica de circularidade é, e será cada vez mais fundamental, para que a humanidade não cause um aumento da temperatura do nosso planeta, que se transforme num risco existencial.

José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra

Professor permanente e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação e dos Mestrado e Doutorado em Administração e Mestrado em Ciências Ambientais, da Universidade do Sul de Santa Catarina. Fellow do Cambridge Centre for Energy, Environment and Natural Resource Governance (C-EENRG), Department of Land Economy, University of Cambridge, Cambridge, Reino Unido. Líder do Centro de Desenvolvimento Sustentável/ Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade (Greens), Unisul.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1


BRIEFING GEOHISTÓRICO DOS ESTUDOS DE COBERTURA E USO DA TERRA NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO TERRITORIAL

José Gustavo Santos da Silva

Thaise Sutil

Juliana Debiassi Menegasso

Nilzo Ivo Ladwig


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219091>

CAPÍTULO 2..... 14

ANÁLISE DA PAISAGEM DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARVÃO, URUSSANGA, SANTA CATARINA

Gilberto Tonetto

Nilzo Ivo Ladwig

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219092>


CAPÍTULO 3..... 37

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E MEMÓRIA COLETIVA NO BAIRRO SANTA BÁRBARA EM CRICIÚMA, SANTA CATARINA

Camila Alano Perito

Teresinha Maria Gonçalves

José Gustavo dos Santos Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219093>

CAPÍTULO 4..... 58

ESTUDOS PARA UM PLANEJAMENTO URBANO RESILIENTE – CASO PAISAGEM URBANA DE SANTO CRISTO, RIO GRANDE DO SUL

Júlio César Puhl

Renata Franceschet Goettems

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219094>


CAPÍTULO 5..... 74

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO PARA O SANEAMENTO RURAL – ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DO ALTO RIO WIEGAND EM JOSÉ BOITEUX, SANTA CATARINA

Willian Jucelio Goetten

Eugênio de Sá Felício

Maria Pilar Serbent

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219095>

CAPÍTULO 6..... 90


ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MÉTODOS AVALIATIVOS DO GEOPATRIMÔNIO DO

GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL (SC/RS)

Ciro Palo Borges

Maria Carolina Villaça Gomes

Jairo Valdati

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219096>

CAPÍTULO 7..... 107


PERCEÇÃO AMBIENTAL E IMAGEM DO TURISMO TERMAL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL – SANTA CATARINA

Caroline Marcos Ramos Machado

Camilla Gomes da Silva

Ana Luiza Sicari

Rogério Santos da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219097>

CAPÍTULO 8..... 124

ÁRVORES NATIVAS EM ÁREAS DEGRADADAS PELA MINERAÇÃO DE CARVÃO NO SUL DE SANTA CATARINA, BRASIL

Iara Zaccaron Zanoni

Altamir Rocha Antunes

Aline Votri Guislon

Amanda Vieira Matiola

Micael de Bona


Camila Nagel Machado

Victoria Riella

Julia Gava Sandrini

Guilherme Alves Elias

Robson dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219098>

CAPÍTULO 9..... 141

POTENCIAL NÃO MADEIREIRO DAS ESPÉCIES ARBÓREAS DA FLORESTA ATLÂNTICA NO SUL DO BRASIL

Iara Zaccaron Zanoni

Altamir Rocha Antunes

Aline Votri Guislon

Amanda Vieira Matiola

Micael De Bona


Camila Nagel Machado

Victoria Riella

Julia Gava Sandrini

Guilherme Alves Elias

Robson dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2382219099>

CAPÍTULO 10..... 161

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ENSINO E AS CONFLUÊNCIAS TERRITORIAIS DO PÚBLICO E DO PRIVADO

Enaide Tereza Rempel

Aloísio Ruscheinsky

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.23822190910>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 176

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ENSINO E AS CONFLUÊNCIAS TERRITORIAIS DO PÚBLICO E DO PRIVADO

Data de aceite: 10/08/2022

Enaide Tereza Rempel

Secretaria Municipal de Educação de Sinop-MT, Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Endereço eletrônico: enaiderempel@hotmail.com; enaidebecker@gmail.com

Aloísio Ruscheinsky

Unisinos, Docente jubilado, doutor em sociologia. aloisioruscheinsky@gmail.com

RESUMO: A discussão tem como base o tema das interfaces entre o público e o privado numa parcela do território do ensino público. O objetivo do trabalho consiste em destacar os efeitos dos nexos da iniciativa privada junto ao planejamento e à gestão da educação escolar. A meta geral da pesquisa efetuada consistiu em apreender as estratégias de obtenção do consenso entre atores sociais e os mecanismos utilizadas no processo de constituição das parcerias público-privadas. Na metodologia utilizamos a análise documental e entrevistas com dez atores chaves do processo de gestão. A investigação concluiu que os projetos de interface entre o público-privado, no caso desenvolvidos pela Monsanto nas escolas investigadas no Estado do MT, cumprem o papel de indutores do movimento de recomposição da hegemonia burguesa, transformando a educação em instrumento de produção de consenso nos territórios do agronegócio.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; ensino; interfaces; arranjo institucional; território.

INTRODUÇÃO

O debate exposto neste texto sumariza parte dos resultados de uma investigação referida sob o formato de planejamento de sistemas educacionais locais a partir da promoção de arranjos institucionais de gestão num âmbito territorial específico por meio das denominadas parcerias ou consórcios. Nesta realidade se situam novos arranjos institucionais de ordenamento da educação com os subsídios financeiros e pedagógicos oportunizados mediante a parceria público-privada. Mormente frente à asserção e às lacunas conceituais, bem como às convicções operacionais nas formas especificadas de cooperação opera o silenciamento das capacidades críticas dos atores sociais locais.

Um movimento pela qualidade, abrangência e inovação no campo da educação tem como resultado o incentivo para que municípios brasileiros organizem em feição de redes de atores ou arranjos institucionais para o planejamento, incremento e gestão educativa sob justificativa discursiva de que essas parcerias promoveriam maior eficiência por meio da governança escolar local.

A observação de campo sinaliza que no setor da burocracia do estado do MT há um endosso generalizado ao incremento de parcerias como mecanismo de inovação sustentando a conformação de novos arranjos e se traduzindo em legitimação das corporações colaboradoras (DIAS, 2014). Desta forma, se aprofundam as redes de governança na política educacional, que do ponto de vista das temáticas enfocadas não apresentam resistência a agendas consideradas progressistas ou estritamente contemporâneas no planejamento educacional. Isto porque as temáticas podem versar sobre cidadania, preservação ambiental, democracia, responsabilidade, criatividade e inovação tecnológica. Nas interfaces estão manifestos interesses indiretos numa ruptura da pauta de processos democráticos vislumbrados com a participação de todos os membros na gestão do processo educativo. Esta é a face oculta das funções das parcerias: uma estratégia de legitimação da forma de operação das corporações e para a consolidação do mercado com seus interesses e lucros.

METODOLOGIA

Os dados foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Consideramos que o material elaborado no processo de planejamento e disponibilizado pela gestão escolar dos projetos é adequado para uma compreensão do assédio da empresa sobre o território das práticas educacionais. As entrevistas em pequeno número, mas o suficiente, visto que no desenho da pesquisa se subscreve a premissa de que cada indivíduo, paradoxalmente, totaliza um sistema social, ao mesmo tempo que representa uma diminuta parcela do todo, sendo reconhecido como sujeito enquanto localiza-se nas teias sociais. Cada um dos entrevistados elabora uma narrativa própria de acordo com sua inserção no sistema simbólico, o seu lugar social do discurso, se bem que as representações explicitadas são construídas coletivamente no âmbito territorial.

A apreciação de documentos e o teor das entrevistas com sujeitos diretamente operadores do processo, o estudo não se atém ao ordenamento jurídico, porém enfoca concepções, percepções, lógicas e interesses políticos explícitos e implícitos em tais arranjos institucionais na gestão do território que abrange a influência de escolas públicas. A lógica de produzir consensos (LOUREIRO; LIMA, 2012) e de legitimar a presença de corporações salienta processos que vêm sendo disseminados como subsidiários à fragilização do Estado nacional. Ou por outra, aponta que tais iniciativas em curso no estado do MT forjam uma inovação no campo do planejamento e da gestão territorial do ensino.

As categorias operacionais construídas para a análise dos projetos e das entrevistas foram: a relação empresa-escola e a metodologia na abordagem de temas socioambientais.

Além disto, reconhecer que um mesmo projeto de parceria pode ser desenvolvido em diferentes unidades escolares do Estado do MT. Para o presente trabalho nos atemos a um projeto considerando intensificar o debate sobre planejamento e gestão num pólo específico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto Retratos da Terra foi desenvolvido no município de Sorriso no ano de 2018 em escola municipal de uma comunidade rural. Trata-se de um projeto¹ da empresa Monsanto para oferecer serviços de produção cultural e social e recursos da Lei Rouanet. Na apresentação, a proposta traça a finalidade do projeto: uma exposição de fotografias onde serão apresentadas três visões diversas sobre o interior do Brasil: de um fotógrafo profissional; um fotógrafo local; e a visão de um grupo de jovens com talento potencial para as artes da localidade participante. Na conclusão do projeto, cada local retratado terá seu próprio catálogo, que será o legado e o registro poético do trabalho.

De acordo com a proposta, os objetivos e justificativa do projeto foram retratar as riquezas e as belezas do território a partir de diferentes visões de mundo; valorizar o artista local e estimular a criatividade juvenil. Na argumentação, este projeto se intitulou sustentável porque máquinas fotográficas foram doadas a instituições visando a continuidade da atividade pedagógica. Neste sentido, expressa a meta de estabelecer uma conexão do público com a arte em seu ambiente, modo de vida e costumes, seja alertando para posturas que podem ser prejudiciais para o ser humano, meio ambiente ou comunidade.

1. Para maiores informações sobre o projeto Retratos da Terra: três olhares sobre o Brasil Protagonismo social, através da fotografia. Disponível em: <http://www.elo3.com.br/portal/wp-content/uploads/2017/09/retratos_da_terra.pdf>. Acesso em: out. 2019. Efetivamente o mesmo projeto foi desenvolvido em outros municípios do país totalizando R\$ 1.574.641,00 sendo em média de R\$ 150.000,00 para cada território.



Figura 1 - Dinâmica do Projeto Retratos da Terra da Monsanto

Fonte: Retratos da Terra: três olhares sobre o Brasil: protagonismo social através da fotografia. Disponível em: <http://www.elo3.com.br/portal/wp-content/uploads/2017/09/retratos_da_terra.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

As atividades propriamente ditas se desenrolaram no período de junho a outubro em duas etapas. Na 1ª etapa de desenrolar das atividades dois fotógrafos, um da empresa proponente e outro da localidade tomaram contato com a escola indicada pela secretaria de educação, e selecionaram a turma (20 alunos do 9º Ano). Após a escolha coletiva do tema a ser trabalhado, ocorreu a apresentação de informações sobre as atividades a serem realizadas e orientação de manuseio das câmeras. Bem como técnicas de fotografia. Em seguida foram definidos os locais para registro em imagens. Durante um mês, os alunos acompanhados do fotógrafo local coletaram imagens da sua comunidade e depois enviaram ao curador para a seleção.

Na 2ª etapa das atividades ocorreu a exposição das fotografias estrategicamente localizada e o recebimento do catálogo produzido a partir do material das imagens compiladas. A exposição foi organizada em um local público do município, com ampla divulgação na mídia local e participação de autoridades, momento em que ocorre a distribuição dos catálogos aos participantes, escolas e bibliotecas.



Figura 2 - Exposição do Projeto Retratos da Terra da Monsanto

Fonte: Retratos da Terra: três olhares sobre o Brasil: protagonismo social através da fotografia. Disponível em: <<http://www.elo3.com.br/porta1/wp-content/uploads/2018/10/RetratosDAterra-alterado.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

A relação empresa-escola

A partir da categoria relação empresa-escola, pôde-se identificar nas falas o surgimento de duas categorias empíricas, sendo elas: a) aspectos positivos dos projetos, traduzida na grande aceitação dos projetos pelas escolas, revelado através da indagação sobre os resultados obtidos com as parcerias estratégicas e b) crítica à atuação da empresa na escola, onde se verificou posições divergentes entre professores e gestores.

Quando se perguntou qual o nível de participação e de envolvimento de docentes nos projetos, as respostas dos gestores, (diretores e coordenadores) foram unânimes em confirmar a adesão e colaboração. Quando as perguntas foram direcionadas aos docentes constatou-se que, de modo geral, viam bons resultados, entretanto havia também questionamentos e até resistências na participação ou conformidade. Os fragmentos abaixo sinalizam algumas posições da relação empresa-escola.

Os alunos que se destacaram demonstraram o potencial para tornar-se um profissional da área de fotografia. Nesse sentido, os projetos são uma oportunidade que os alunos não teriam se não fosse essa parceria. Por isso abraçamos o projeto porque é de suma importância para nós. (diretor de escola).

Nem todos aceitam, mas tem a liberdade de não desenvolver. No início os professores ficaram traumatizados por conta do número de exigências e relatórios, mas com o tempo a empresa simplificou e agora os professores já aceitam mais. Mas fica a critério de cada um participar (professora).

O trabalho com as parcerias é importante porque a escola não tem recursos, os recursos que chegam na escola são limitados e o sonho da escola é grande, então você tem que sair e buscar as parcerias. (gestora).

As falas dos gestores indicam a preocupação em mobilização para disputar os recursos de investimentos que as empresas dispõem para a educação assim, a corporação do agronegócio comparece como parceira do dia a dia com quem se divide a responsabilidade institucional. A ajuda pode vir sob a forma de projetos, materiais pedagógicos, infraestrutura de bibliotecas, equipamentos de laboratório de informática e reformas de espaços. Os depoimentos revelam a percepção da necessidade, ou até mesmo, da dependência da escola em ter as empresas como parceiras. Os gestores escolares observam as parcerias como uma mediação para proporcionar a alteração das condições de oferta do ensino (DIAS, 2014), com implicações na aprendizagem e conseqüentemente destaque nos índices da qualidade do ensino.

O Programa de visitas dirigidas às instalações da empresa é um aspecto importante da relação empresa-escola. Na visão dos professores este programa enriquece a aprendizagem. Em alguns aspectos, os professores reproduzem o discurso dos gestores sobre significado das parcerias estratégias. Por outro lado, há questionamentos relacionados à sobrecarga de trabalho que estas modificações impõem à gestão do trabalho docente.

Os alunos valorizam mais esse tipo de aula por ter a participação de uma pessoa de fora, ajuda no conhecimento do aluno. A empresa abrir para visitação é importante. (professora).

Vejo como uma coisa muito produtiva, porque o setor privado conta com um bom poder aquisitivo, com esse investimento ele está investido na população em geral. Ele tá proporcionando aos alunos um aprendizado, que sem essa ajuda o ensino é comprometido. Eu queria que viesse mais, o que vem para ajudar os alunos é valido, independente da fonte (professor).

Neste aspecto não se pode desconsiderar a pressão exercida pelas instâncias superiores, qual seja, as secretarias de educação, para que haja endosso aos projetos em parceria. Em havendo uma determinada pressão nesse sentido, tal procedimento administrativo se impõe na relação da gestão municipal em face da autonomia territorial das escolas. Observa-se nesse fenômeno, a não mediação das formas organizativas de um planejamento intersetorial, e sim, a interferência na natureza do trabalho docente, que não se restringi ao uso de determinados modelos operacionais externos, e sim, pelo atravessamento do projeto do pedagógico eleito e que de alguma forma foi consolidado

como campo filosófico.

Ocorre que a corporação que se apresenta na parceria subsidia uma monocultura, pela qual, se suprimem nascentes e mata ciliar, polui-se o ar e os que é produzido, entre outros. Além disso está pautado em um modelo tecnológico pelo qual se convencionou que a indústria foi ao campo, consistindo na utilização de quantidades de insumos químicos e implementos agrícolas para a mecanização. Em suma, fora do contexto escolar prima pela maximização da produtividade de grãos e de proteínas, por mais que mantenha igualmente uma retórica de preservação ambiental.

Outro aspecto a ser pontuado a partir do conjunto de depoimentos, refere-se à intervenção pedagógica via profissionais (fotógrafos, agrônomos). No caso do projeto Retratos da Terra auxiliaram no desdobramento das atividades propostas. A empresa não se limita ao financiamento, a produzir o planejamento e os materiais das aulas, pois de alguma forma toma conta do espaço docente ao executar o planejado. Esse fato aponta o grau de ingerência da empresa sobre a atividade pedagógica com implicações que interferem nas atribuições docentes.

Uma lógica para a formação docente

A categoria formação docente foi abordada a partir da indagação sobre em quais aspectos as parcerias contribuem para qualificar o ensino público? Em que consiste a gestão da formação oferecida pela empresa? As falas apontam, entre outras questões, para o aspecto da formação continuada dos profissionais municipais e com uma visualização peculiar em face dos conteúdos ofertados pelas empresas.

O aspecto positivo que vejo é no aspecto da formação e de trazer a oportunidade do professor de pensar e repensar a sua prática, de ele se motivar para buscar mais conhecimentos, rever a forma que ele pratica o seu dia a dia em sala de aula, de ele poder rever essa prática e ter subsídios para melhorar, pra fazer diferente, melhor para avançar. (gestora da secretaria de educação)

Aqui se percebe apenas uma intenção, uma preocupação com a qualificação do quadro de profissionais da educação, mesmo quando considerado como aspecto fundamental para apurar os índices da qualidade educacional. Se verifica que, em geral, os municípios não dispõem de uma política de formação em serviço construída a partir da realidade local. Ela se resume à realização de encontros, no decorrer do ano letivo, organizados pelas Secretarias de Educação e pela da exigência para que a própria escola promova momentos de formação.

A preparação parece mais voltada à capacidade de gestão. E em menor grau para

o envolvimento e capacitação para furar a bolha e dialogar sobre questões ambientais e seus conflitos com quem não pertence a um vetor ambientalista. Em termos gerais, tanto a educação, quanto a mídia contribuem no debate sobre o planejamento e gestão ambiental, porém parecem mais e mais desafiadas pela manutenção de zonas de conforto ou mesmo de seu reforço. Paradoxalmente, pretensões vinculadas a grandes empresas apropriaram-se ou engendraram uma retórica de planejamento e gestão para disseminar projetos com corte peculiar na arena pública (MIRANDA; CUNHA; PEREIRA, 2020). Esta desenvoltura conduz a um sombreamento das fronteiras entre o público e o privado, melhor com a expressão das parcerias entre público e privado. No território em que se realizou a presente investigação a ecologia profunda ou ecologia integral, bem como a junção com a ação social são temas amplos/distantes e abstratos. Tudo em razão de uma obstrução para a permanência da ausência de conexão com a luta dos movimentos sociais e ambientais. Neste sentido a interrogação pertinente: quando os ecologistas incomodam? (LAYRARGUES, 2018a).

Nesse cenário, a formação oferecida pela empresa encontra, nas escolas, espaços vazios ocupados por imperativos de aperfeiçoamentos e pelos impasses ante os caminhos a seguir. Nesse caso, uma formação externa, mesmo que resumida a aspectos da técnica, é bem-vinda e tende a agregar novos elementos suprimindo aspectos da ineficiência ou ausência de uma política pública de formação permanente promovida pelo poder público, sem, contudo, passar por uma avaliação mais rigorosa das propostas empresariais.

À formação docente alternativa poderia se interrogar quanto às incógnitas em face de uma época com tamanho crescimento e consumo tecnológico? No território do agronegócio as catástrofes acontecem de forma imediata ou ofuscada: estiagens, crise energética e hídrica, tragédias, poluição, pandemias, envenenamento, etc. Aos docentes dispostos a sair da zona de conforto dispara a pergunta: em que medida tudo isso leva as pessoas a mudarem sua maneira de pensar, de agir e de ser? Haveria algum espaço de manobra para uma pedagogia das catástrofes ou dos desastres conectados às inovações tecnológicas? A fala que se segue é um contraponto, quase que solitário, no conjunto dos demais e demonstra a aspiração de uma avaliação crítica às propostas de formação oferecida pelas empresas dentro das atividades atinentes às parcerias estratégicas.

Eu tenho uma certa resistência a esse tipo de parceria, especialmente na educação, e como se processa isso dentro da escola, pra gente não ser contraditório, sobre o que a gente pensa e defende numa educação para a cidadania. E muitas vezes, essas empresas vem para dentro da escola com uma filosofia, pensamento, projetos contrários aquilo que a gente defende. Então, esse olhar a gente sempre teve a preocupação de ter, por conta disso. Mas quando você consegue trazer o projeto que você sonha, ela é muito boa,

é muito benéfica, então é esse cuidado que precisamos ter, pra não abrir as parcerias e, de repente, você perder a sua identidade enquanto instituição enquanto escola, enquanto secretaria de educação, essas empresas comecem a direcionarem o nosso projeto de educação, essa é a nossa grande preocupação (gestora da secretaria municipal de educação).

No recorte acima, vê-se que há focos de resistência num território esparso. O depoimento, em meio as performances de gestão comprometidas com agendas conservadoras, é um elemento de orientação contra hegemônico à compreensão da educação. Os projetos em análise engendram outras redes de governança no sistema de ensino, em consonância com os preceitos de gestão eficiente aos olhos das corporações (MIRANDA; CUNHA; PEREIRA, 2020). Ademais, toca no aspecto da submissão do projeto da empresa à avaliação da comunidade escolar, no sentido fazer adequações na proposta didático-pedagógica para adequar ao processo ensino-aprendizagem. Em outros termos, incorporando as atividades ao projeto político pedagógico. O que se verifica, na maioria dos casos, é uma aceitação integral do pacote apresentado pela empresa que se sobrepõe ao projeto e proposta da instituição.

Tanto o material quanto as entrevistas apontam os aspectos da formação oferecida pela empresa com caráter de treinamento, como subsídio à prática docente circunscrita aos parâmetros do projeto pedagógico empresarial. Embora haja, por parte de docentes e coordenadorias o reconhecimento de aspectos positivos, não se pode desconsiderar que a formação oferecida se dá dentro dos limites daquilo que a empresa almeja alcançar no processo educacional, qual seja, implementar uma perspectiva acrítica limitando-se a aplicação instrumental de metodologias.

O quesito da metodologia dos projetos

A categoria “metodologia dos projetos” foi abordada a partir da seguinte questão da entrevista: Considera ser possível compatibilizar a política educacional do município com a proposta pedagógica da empresa? A partir daí emergiu a questão sobre a relação das parcerias estratégicas com o Projeto Político Pedagógico da escola. A metodologia do projeto Retratos da Terra voltou-se para a principal finalidade do projeto, a produção cultural de um workshop que, segundo a proposta, além de contribuir com o aprendizado desenvolvendo o potencial artístico e a exploração para aprofundar o conhecimento sobre a realidade local, deixaria como legado um registro histórico da região e ainda a doação do material a bibliotecas e órgãos públicos, podendo ser utilizado como estímulo ao turismo na região. No entanto, o catálogo pode ser visto como material de propaganda do agronegócio com a finalidade de promover o ramo comercial da empresa ou de sua legitimação.

Analisando-o sob o ponto de vista de suas contribuições para a escola, algumas

limitações podem ser apontadas. Primeira seria com relação ao reduzido número de alunos e professores envolvidos no projeto (20 alunos e seus respectivos professores), que demonstra seu caráter restrito, seletivo e nenhuma perspectiva em conhecer as peculiaridades da unidade escolar antes da realização das ações. Este aspecto fora percebido como mostra o depoimento da professora. [...] “os projetos que envolvem toda a escola, agregam mais”.

Outro aspecto questionável está na programação de culminância do projeto, a exposição de fotografias, que ocorreu nas dependências da prefeitura municipal, o que provavelmente dificultou a participação de discentes e docentes da referida escola que está situada a aproximadamente 70 km de distância. Além disso, o material foi produzido quase sem a mediação docente ou presença de forma periférica, uma vez que as etapas do projeto foram conduzidas pelos profissionais da empresa que ficaram responsáveis em apresentar o conteúdo, as técnicas e a execução das atividades de campo. Uma professora entrevistada relatou que houve uma única convocação no final do projeto, na sala de reuniões da secretaria de educação, onde a fotógrafa apresentou os resultados do projeto: um álbum.

Nesse sentido, novamente aponta-se a preocupação de um diálogo entre projetos institucionais. O território escolar tem sido percebido como potencial possibilidade para a institucionalização de arranjos de gestão compartilhada de políticas públicas. A possibilidade de proporcionar a articulação entre atores sociais e a participação social tem sido adotado como orientação ou princípio de colaboração recíproca entre entes e instituições com finalidades políticas (MIRANDA; CUNHA; PEREIRA, 2020). A crítica aos projetos corporativos surge a partir da visão de um tempo maior para discutir os projetos com a comunidade escolar, ou seja, a necessidade de integrar o projeto da empresa ao projeto da escola.

A escola precisa da parceria com o privado. Agora, seria bom, se nós professores tivéssemos um tempo maior para discutir cada projeto, por conta do currículo apertado que a gente tem. Eu acredito na parceria público-privada, forma projetos bons. Mas teríamos que ter mais tempo para desenvolver. (professor).

Vem meio fora de hora, não que não seja bom. Eles decidem fazer mandam pra escola e a escola tem que fazer, é essa a questão. Na maioria não é incorporado ao PPP da escola. Os projetos que tem uma continuidade em anos subsequentes é facilmente incorporado ao currículo da escola. Muitos são jogados na escola sem o devido planejamento com a participação do quadro pedagógico da escolar. Os professores reclamam muito.

As principais críticas são direcionadas ao aspecto da falta de integração entre os projetos. Em outras palavras, estão querendo dizer que os projetos em sua maioria “caem

de paraquedas” e acabam por atropelar o currículo em desenvolvido e, conseqüentemente, o processo ensino-aprendizagem. Ou seja, o professor abre mão do seu planejamento para inserir de forma abrupta as atividades do projeto da empresa, isso revela, em termos de implicações, um atravessamento na condução do trabalho docente e a destituição das garantias docentes. Estes aspectos sinalizam as limitações e inconsistências dos projetos estratégicos.

Para além desta integração, o problema parece ainda mais grave: como desvinciliar-se de uma zona de conforto vinculado aos benefícios prometidos pela empresa num clima onde está vigente o sacrifício do outro como prática cotidiana? O sacrifício no caso é o que o agronegócio, por meio da monocultura, vem impondo como forma de violentação dos bens ambientais ou bens de uso comum.

Uma metodologia de projetos poderia endossar a solidariedade entre setores urbanos e rurais. Em cujo processo poderia ocorrer a junção benfaceja de “cada um fazer a sua parte” enquanto indivíduo e enquanto grupo social, e das políticas públicas ambientais. Nas práticas pedagógicas, todavia, os docentes se permitiriam agregar dois fatores paradoxais: o aumento de direitos e benefícios dos cidadãos advindos de bem-estar social, mas com declínio da capacidade de reprodução das condições dos ecossistemas.

As temáticas ambientais e a educação ambiental

A categoria temas ambientais e educação ambiental foi abordada a partir das seguintes questões de entrevista: Quais temas ambientais foram abordados no projeto? Esses temas estabelecem conexão com os problemas ambientais da região? O projeto Retratos da Terra abordou a questão ambiental associada à agricultura sustentável, bandeira primordial da retórica da Monsanto, que passou sobretudo pela abordagem da conservação dos recursos hídricos e pela questão dos agrotóxicos, questões que se fazem presente também das informações propagadas nas atividades escolares.

De acordo com os depoimentos, a dinâmica de campo incluiu visitas à sede da empresa possibilitando informes sob diversos aspectos de questões relacionadas à agricultura em escala. Informações sobre às inovações tecnológicas utilizadas no plantio e na colheita, cuidados com o manejo e utilização dos agrotóxicos foram o foco da aprendizagem. Em outros momentos os alunos, professores e técnicos da empresa se dirigiram aos locais previamente escolhidos para fotografar o ambiente. A escolha de uma escola da zona rural casa com o objetivo do projeto, pois envolveu sujeitos ligados diretamente ao processo produtivo do agronegócio e os consumidores de produtos da empresa. Verifica-se que as famílias dos proprietários e as famílias dos trabalhadores são alvos ideais para a disseminação dos valores e da visão de mundo que interessam ao

capital (LAYRARGUES, 2018b).

Um trecho do catálogo coloca, “No ensaio fotográfico, percorre pelos campos registrando soja, milho, algodão, plantas de cobertura e as pessoas que estudam meios eficazes e sustentáveis para o plantio nas lavouras” (ELO3, 2018, p.10). As imagens selecionadas e contidas no catálogo são majoritariamente aquelas que mostram diferentes aspectos do plantio e cultivo das lavouras de milho e soja, os maquinários e os imensos armazéns que recebem a produção. Sob esse olhar, o projeto da empresa focaliza em uma particularidade do processo produtivo sem levar em consideração as etapas da produção. Reduz em si, para retratar uma visão atemporal, a-histórica e desinteressada do conteúdo da crítica que revelaria as suas ambiguidades internas.

Os relatos expressam, de modo geral, uma determinada convergência em torno da visão de que a empresa desempenha papel importante no que diz respeito à preservação ambiental, mesmo que em contradição, esta última atende a requisitos de reprodução do capital (FOLADORI, 2018). A ação dos profissionais destacados pela empresa contribuem de forma efetiva com o desenrolar das atividades escolares, abordando a problemática ambiental de maneira primordial - mesmo com os impactos dos agrotóxicos - de forma a promover a conscientização dos educandos.

Olha, são alunos que moram na zona rural, então eles colocam a questão ambiental no sentido de sensibilizá-los para com o meio ambiente, para com a natureza. A partir do momento em que foram para o campo eles foram entender, ter o olhar para com esse ambiente. O próprio objetivo do trabalho era retratar essa terra, nas suas diferenças, então, na verdade ele tiveram uma aula com um agrônomo, que foi explicar a questão do meio ambiente. (professora).

É uma forma de estarem conscientizando para usar de uma correta (agrotóxicos) embora eles sejam fornecedores, tem preocupação com o meio ambiente, na questão da água, no plantio de ter sua horta para obter alimento. (gestora escolar).

Tivemos dois agrônomos da Monsanto que falaram com eles. Então, o projeto tinha a parte artística, mas também a questão do meio ambiente. Foram na fazenda ter aulas, trabalhou-se bastante a parte de meio ambiente (diretor).

No conjunto dos depoimentos e do material didático analisados no contexto do projeto “Retratos da Terra”, verificou-se uma atuação da empresa no sentido de produzir uma consciência invertida. Esse fenômeno demonstra e expõe a capacidade sistêmica, intencional de criar sob a lógica da racionalidade do capital uma ação geracional em benefício da empresa. Ao impor à prática pedagógica um conteúdo narrativo de uma realidade aparente, as ações do projeto cumprem a função de subtrair objetivamente a compreensão crítica sobre a totalidade concreta do processo produtivo.

Ainda no conjunto das falas, verificou-se que a abordagem dos temas ambientais ficou restrita à visão dos técnicos da empresa (agrônomos, fotógrafos), resumindo-se em informações sobre o cultivo agrícola e os cuidados no sentido de preservar os recursos naturais que sofrem a degradação com a prática do agronegócio. Nesse sentido, a conscientização sobre os cuidados com o meio ambiente consiste em repassar aos alunos uma única visão da relação homem/natureza, a visão da empresa, que se resume em observar as normas e a legislação estabelecidas em torno da atividade do agronegócio no sentido de minimizar os seus impactos, sob os auspícios da governança ambiental (RUSCHEINSKY; REINEHR, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da narrativa tentamos destacar o significado histórico da presença privada no planejamento e gestão da escola pública num contexto territorial peculiar.

Em certo sentido, é legítimo esperar da escola, enquanto espaço de reflexão, a capacidade de tomar os elementos inseridos no conteúdo e no método dos projetos da empresa para ampliar as discussões, e assim, proporcionar ao educando identificar os determinantes econômicos, políticos e culturais da relação sociedade e natureza, a intencionalidade e os interesses que permeiam as propostas. Também de demonstrar as relações e disputas que a ideologia da empresa procura ocultar e, ao mesmo tempo, identificar as contradições presentes num modo de produção que sobrevive da espoliação intensiva da natureza e dos seres humanos.

Diante do exposto, podemos concluir que no contexto das parcerias, as estratégias adotadas passam a desempenhar um papel de reprodução das relações sociais, chegando até mesmo, ao extremo de ser utilizada como estratégia de marketing da empresa em favor do agronegócio. Aqui a referência em especial ao material produzido a partir do projeto Retratos da Terra que interpretamos como expressão de vantagens que o agronegócio ousa fixar no imaginário social e que em sua aparência representa o progresso, o trabalho, o bem-estar humano e o cuidado com a natureza.

A empresa ao se colocar como voluntária em prol de um processo que visa, segundo a sua lógica e retórica, uma sociedade desenvolvida e um meio ambiente mais equilibrado, assume a condução de uma recomposição do papel e do teor da educação, cujo escopo ajusta-se aos seus interesses corporativos. Cabe esclarecer e discordar desta visão, pois não é a natureza que se encontra em desequilíbrio, antes e acima de tudo são as relações entre os humanos defrontam-se em sua assimetria e desigualdade, bem como as desconexões se expressam entre os humanos com os bens naturais.

A investigação também se prestou a observar as contradições da percepção da população sobre cenário ambiental e do ecossistema amazônico ou do cerrado. Neste contexto os conflitos de proteção acalentados pelos projetos se situam em face da maximização do extrativismo que por sua vez sem os recursos naturais não se mantém a médio prazo.

As políticas de planejamento e de gestão pública no cuidado ambiental, embora um amparo forte na legislação de políticas públicas ambientais, se constata um abismo entre o desenhado e o realizado. Porém, para um entendimento desta questão há que considerar, entre outros pontos: a crise fiscal do Estado nacional em suas capacidades de atender a extensão dos direitos afirmados; a incapacidade de tomar decisões céleres e de cumprir sua promessas; as decisões políticas no campo ambiental dependem de diferentes centros de poder; tanto os atores socioambientais, quanto a forma do Estado conformam-se em rede de interfaces; não por último, a cultura ambiental representa uma fonte de poder não desprezível.

Enfim, parece lógico que nas parcerias estratégicas a empresa vai destacar os interesses de classe social. Muito embora, as políticas educacionais sejam operadas pelas instâncias governamentais, estas são produzidas tendo por marco as orientações dos organismos representantes da racionalidade do mercado.

De outra feita, considerando que o mercado de produção e de consumo vigentes não criam relações de solidariedade ou sustentabilidade ambiental, impõe-se o desafio de gerar alternativas ou os caminhos do porvir. A juventude urbana e rural poderá subscrever uma agenda ambiental se vier a animar-se com um pensamento e uma ação em que se articulem as lutas ambientais e as lutas por justiça social. O cuidado com o meio ambiente rima como um olhar para a alteridade e uma empatia com o outro/diferente. Daí parece poder resultar uma inovação tecnológica para sustentabilidade ambiental dentro da formação acadêmica. O potencial utópico, desenhado nos projetos em análise, consiste na articulação das lutas ambientais e sociais, bem como um processo para democratizar as decisões relativas à localização no tempo e no espaço territorial e às implicações ambientais e sanitárias das práticas produtivas e de consumo.

REFERÊNCIAS

DIAS, Osório C. **Parcerias Público-privadas como Instrumento de Implementação de Políticas públicas**. Brasília, 2014. pp.336, Tese (Doutorado) – PPPGA/UNB. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16328> . Acesso em: mai.2020.

ELO3 Integração Empresarial. *Retratos da Terra: três olhares sobre o Brasil*. São Paulo : 2017. Disponível em: <<http://www.elo3.com.br/portal/projetos-para-investimento/>>. Acesso em: jul. 2019.

FOLADORI, Guillermo. Educación Ambiental En El Capitalismo. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.13, n.1, p. 48-57, 2018

LAYRARGUES, Philippe P. **Quando os ecologistas incomodam**: a desregulação ambiental pública no Brasil sob o signo do Antiecológismo. *RP3-Revista Pesquisa em Políticas Públicas*, v. 12, p. 1-30, 2018a.

_____. **Subserviência ao capital**: educação ambiental sob o signo do antiecológismo. *Pesquisa em Educação Ambiental*, n. 13(1), p. 28-47. 2018b.

LOUREIRO, Carlos F. B; LIMA, Maria J. G. S. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, 2012.

MIRANDA, Maura S.; CUNHA, Maria C.; PEREIRA, Rodrigo S. Arranjos institucionais para a gestão da educação em territórios da Bahia: tensões entre o público e o privado. **Educar em Revista**, v. 36, e70085, 2020.

RUSCHEINSKY, Aloísio; REINEHR, Rosmarie. **Governança, Riscos Socioambientais e Educação das Águas**. Editora Appris, 2020.

SOBRE O ORGANIZADOR

NILZO IVO LADWIG - Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de Engenharia de Agrimensura, com ênfase em Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Sistema de Informação Geográfica, Planejamento e Gestão Territorial, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional sustentável, cadastro técnico multifinalitário e planejamento sustentável em turismo. Líder do grupo de pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial, Coordenador do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT). E-mail: ladwignilzo11@gmail.com

